

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 02 de setembro de 2019 às 07h48*  
*Seleção de Notícias*

## O Globo | BR

Marco regulatório | INPI

**União estuda projeto para reduzir salário de servidor** ..... 3  
ECONOMIA

## G1 - Globo | BR

30 de agosto de 2019 | Pirataria

**Polícia Civil indícia seis pessoas por esquema de produção clandestina de cigarros paraguaios no RS** ..... 5  
RIO GRANDE DO SUL

## BOL - Notícias | BR

30 de agosto de 2019 | Marco regulatório | INPI

**Agricultores do Brasil questionam patentes da Bayer** ..... 6

## Monitor Mercantil Digital online | RJ

30 de agosto de 2019 | Marco regulatório | Anvisa

**Cannabis: a nova fronteira de investimentos no Brasil** ..... 8

## Revista Globo Rural Online | BR

30 de agosto de 2019 | Marco regulatório | INPI

**IBGE atualiza Mapa das Indicações Geográficas em parceria com o Inpi** ..... 10

## União estuda projeto para reduzir salário de servidor

### ECONOMIA

Medida seria adotada em caso de excesso de gasto com pessoal, já buscando viabilizar o Orçamento do ano que vem

#### GERALDA DOCA E MANOEL VENTURA

Ao mesmo tempo em que anunciou o Orçamento do ano que vem, o governo já busca alternativas para viabilizar o Orçamento de 2021, preocupado com o estouro do teto dos gastos, cada vez mais pressionado pelo crescimento das despesas obrigatórias. Técnicos da equipe econômica adiantam que um conjunto de medidas está sendo analisado a fim de abrir margem nas contas públicas.

Entre as ações que estão sendo estudadas pelo time do ministro da Economia, Paulo Guedes, consta o envio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) ao Congresso que prevê um gatilho para permitir a redução da jornada e o salário dos servidores. Será uma alternativa jurídica, uma vez que o julgamento sobre o tema no Supremo Tribunal Federal (STF) foi suspenso, mas a maioria dos ministros considerou a medida, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em caso de excesso de gasto com pessoal, inconstitucional.

#### MUDANÇA NO SISTEMAS

Também está em estudo repassar para o Sistema S algumas empresas como a Embratur - que passaria a ser vinculada à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Àpex) - , o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), que seria vinculado à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), e a Embrapa. A medida pode liberar a União de despesas de R\$ 4,3 bilhões. A Apex,

cujos orçamento é de R\$ 761 milhões, e a ABDI (orçamento de R\$ 82,2 milhões) já recebem boa parte de seus recursos do Sistema S e apenas um complemento do Tesouro.

As medidas são um complemento a outras iniciativas em estudo que podem contribuir mais rapidamente para recompor as receitas em 2020. Entre elas está o fim da multa adicional de 10% do FGTS nas demissões sem justa causa. O montante é arrecadado pela Receita Federal, mas contabilizado como despesa no Orçamento da União por ser repassado ao Fundo.

Do lado das receitas, Paulo Guedes já tem pressionado os bancos públicos a antecipar o pagamento de dividendos à União. No conjunto (BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia), essas instituições vão gerar um ganho entre R\$ 12 bilhões e R\$ 13 bilhões.

A equipe econômica ainda está avaliando o instrumento legal que permitirá o repasse da estatal Embrapae das autarquias Embratur e **INPI** para o Sistema S. Segundo técnicos, a alternativa terá necessariamente de ser aprovada pelo Congresso, o que não deverá ser um processo rápido. A medida, porém, está em linha com a estratégia já anunciada publicamente por Guedes de "dar uma facada" no Sistema S.

As empresas que compõem o Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Sebrae e suas confederações) têm gestão privada, seus recursos são contribuições das empresas sobre a folha de pagamento e não passam pelo Orçamento da União. Para a equipe econômica, por ser um tipo de imposto "pago pela sociedade", esse di-

Continuação: União estuda projeto para reduzir salário de servidor

nheiro deve ser considerado como de caráter público. No ano passado, o sistema recebeu R\$ 17 bilhões. As alíquotas variam entre 0,2% e 2,5%, dependendo do setor (indústria, comércio, agricultura, transporte, micro e e pequenas empresas).

O foco da equipe econômica é reduzir os gastos obrigatórios do governo e liberar mais espaço no Orçamento para gastos que o governo pode decidir,

essencialmente investimentos. É o que Guedes chamou de "quebrar o piso" no Orçamento, no lugar de "furar" o teto de gastos. No caso das estatais, as despesas deixariam de constar no Orçamento federal. Para este ano, a pressão vem da meta fiscal e da arrecadação fraca, que fizeram o governo contingenciar R\$ 33 bilhões de despesas já previstas.

## Polícia Civil indicia seis pessoas por esquema de produção clandestina de cigarros paraguaios no RS

RIO GRANDE DO SUL



duzia cerca de 60 carteiras por minuto, número equivalente a 2,6 milhões de maços de cigarros por mês. As embalagens e selos eram iguais aos dos cigarros produzidos no Paraguai.

Desde 2012, foram descobertas pelas polícias Civil e Federal pelo menos 15 fábricas deste tipo no Brasil. No Rio Grande do Sul, a última encontrada foi em Montenegro, na Região Metropolitana de Porto Alegre, em dezembro de 2018.

Fábrica ilegal foi descoberta em Montenegro. Fumo de empresas legais era destinado à produção de cigarros de marcas paraguaias falsificados.

Seis pessoas envolvidas em um esquema de produção clandestina de cigarros paraguaios falsificados foram indiciadas pela Polícia Civil. Eles responderão por **falsificação**, sonegação fiscal e associação criminosa.

Os indiciados produziam os cigarros em uma fábrica irregular em Montenegro, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Treze paraguaios foram encontrados trabalhando no local. Encaminhados para a Polícia Federal, eles foram deportados para seu país de origem.

No local, foram apreendidas máquinas que faziam os cigarros, desde a separação do fumo/tabaco até a embalagem em pacotes prontos para a venda. O fumo empregado na produção vinha de fábricas legais.

Segundo cálculo da Receita Federal, a fábrica pro-

## Agricultores do Brasil questionam patentes da Bayer

(Bloomberg) -- Os agricultores brasileiros que pagaram royalties à Monsanto para usar suas sementes de soja e algodão estão agora contestando a validade dessas patentes - e pedindo centenas de milhões de dólares em compensação.

É a mais recente dor de cabeça da Bayer, que adquiriu a Monsanto no ano passado. A empresa alemã enfrenta fora do Brasil ações judiciais que apontam seu herbicida Roundup como um causador de câncer.

O que está em questão no País é se as **patentes** da Monsanto, amplamente usadas pelos agricultores no país, representam inovação legítima ou simplesmente combinam as tecnologias existentes em um novo produto. Especialistas contratados por grupos de agricultores dizem ter encontrado irregularidades em duas **patentes**, de acordo com Sidney Pereira Souza Júnior, um advogado que representa os produtores. A Bayer disse em nota que o produtor escolheu adotar a inovação trazida por essa tecnologia por entender os benefícios que ela traz para o seu negócio.

"O produtor quer pagar royalties, desde que esteja muito claro qual é a inovação pela qual estamos pagando", disse Alexandre Schenkel, produtor de algodão e soja no município de Campo Verde, no Mato Grosso.

Até agora, estudos encomendados pelos grupos agrícolas concluíram que duas patentes de soja e algodão da Monsanto oferecem benefícios já associados a tecnologias difundidas: resistência a insetos e tolerância ao Roundup. Suas análises em andamento abrangem todas as empresas do segmento e até 20 **biotecnologias**, incluindo as de milho. As duas sementes da Bayer em questão representam 58% da

área cultivada de soja no Brasil e 24% da de algodão, segundo as consultorias Celeres e Kleffmann Group, respectivamente.

A associação dos produtores de algodão de Mato Grosso, principal estado produtor da fibra, apresentou no mês passado uma ação em um tribunal federal para anular a patente da Monsanto de algodão geneticamente modificado Bollgard II RR Flex, que combina resistência a insetos e tolerância ao Roundup. O grupo está buscando reaver US\$ 151 milhões que seus membros já pagaram em royalties. Se perder o processo, a Bayer também pode deixar de receber US\$ 60 milhões por ano, segundo os produtores.

A Bayer afirmou em comunicado enviado por email que não foi notificada sobre o processo relacionado ao algodão e que a tecnologia Bollgard II RR Flex atende a todos os requisitos para o **registro** de patente.

Uma disputa semelhante sobre a tecnologia de soja Intacta RR2 Pro está em estágio mais avançado. No ano passado, os produtores obtiveram uma decisão judicial favorável que obrigou a Monsanto a depositar em juízo os royalties anuais pagos pelos agricultores de Mato Grosso pelo uso da Intacta. A decisão foi tomada depois de um parecer do **Instituto Nacional de Propriedade Industrial, INPI**, de que a tecnologia não atendia aos requisitos para ser considerada como inovação.

Isso custará à Bayer cerca de US\$ 210 milhões por ano. No mês passado, a Justiça estendeu a decisão para os agricultores em outros 10 estados, aumentando o valor a ser depositado para US\$ 650 milhões por ano a partir de 2019-20.

Continuação: Agricultores do Brasil questionam patentes da Bayer

A Bayer disse que recorreu da decisão e que continuará cumprindo rigorosamente todas as determinações da Justiça que surgirem no processo. A empresa reafirmou a validade de suas patentes. A In-tacta RR2 Pro representa uma inovação, pois trata-se da primeira tecnologia para a soja com proteção contra lagartas, informou a empresa em comunicado.

--Com a colaboração de James Attwood.

Repórteres da matéria original: Fabiana Batista em Sao Paulo, fbatista6@bloomberg.net; Tatiana Freitas em São Paulo, tfreitas4@bloomberg.net

## Cannabis: a nova fronteira de investimentos no Brasil

Cannabis: a nova fronteira de investimentos no Brasil

Por Hannah Vitória Macedo Fernandes e Fabiana Mascarenhas.

Opinião / 17:55 - 30 de ago de 2019

Siga o Monitor no [twitter.com/sigaomonitor](https://twitter.com/sigaomonitor)

O polêmico mercado de cultivo e exploração da Cannabis sativa está às vésperas de ganhar autonomia e regulação própria no Brasil. Acompanhando o movimento de autoridades sanitárias norte-americanas e europeias, a **Anvisa** levou à consulta pública a liberação do cultivo de Cannabis para fins exclusivamente medicinais e científicos, bem como o registro e o monitoramento de medicamentos à base da planta.

Com essa iniciativa, a **Anvisa** objetiva favorecer a produção nacional de terapias feitas à base de Cannabis com garantia de qualidade e segurança, além de permitir a ampliação do acesso da população a medicamentos produzidos a partir da planta.

Aliás, o mercado mundial de Cannabis nunca esteve tão aquecido. Acompanhando diversos níveis e estágios de aceitação social e legislativa, as chamadas "Startups de Maconha" receberam investimento recorde em 2019, tendo, inclusive, superado o montante total de investimento em startups dos mais variados segmentos no ano de 2018, de acordo com um estudo da consultoria PitchBook Data.

O estudo mostra que o crescimento "agressivo" dos investimentos é uma forma de apoio à legalização da maconha em escala federal, como acontece no Canadá, por exemplo.

As chamadas 'Startups de Maconha'

receberam investimento recorde em 2019

No Brasil não é diferente. Apesar de o comércio da Cannabis ser ilegal no país, empresas criadas para explorar o uso medicinal da substância atraem investidores e passam a ter grande potencial de se tornarem unicórnios diante da possibilidade de mudança legislativa e regulatória.

No atual cenário regulatório brasileiro, apenas o uso do canabidiol (CBD), substância extraída do óleo da Cannabis, é permitido para tratamento de doenças específicas, como a epilepsia infantil. A **Anvisa** permite a importação individual direta deste ativo por pacientes cadastrados com prescrição médica. Infelizmente, trata-se de um processo lento e caro.

Até agora, apenas um medicamento foi registrado para ser comercializado nacionalmente, o Mevatyl (spray), conhecido no exterior como Sativex. Formulado à base de CBD e de tetraidocanabidiol (THC) - substância que causa euforia - ele é usado no tratamento de esclerose múltipla.

Considerando apenas o mercado de medicamentos, não seria difícil reconhecer que há uma demanda nacional reprimida, visto que há uma série de pacientes, especialmente de doenças crônicas, que podem ser beneficiados pelo uso de medicamentos à base de Canabidiol.

Há incontáveis pesquisas científicas comprovando a eficiência do ativo, que pode ser extraído através de um processo produtivo de baixo investimento - o que explica os altos índices de rentabilidade do mercado e o potencial do ecossistema empresarial em questão.

No que toca à regulamentação do cultivo por parte da **Anvisa**, foram recebidas 554 contribuições no processo de consulta pública sobre a possibilidade de liberar o plantio de Cannabis sativa para fins



Continuação: Cannabis: a nova fronteira de investimentos no Brasil

medicinais no Brasil. O prazo para enviar contribuições terminou no dia 19 de agosto.

Importante destacar que as resoluções da **Anvisa** mantêm a proibição do plantio de maconha para fins recreativos. Além disso, apenas pessoas jurídicas estariam sujeitas a receber autorização para o cultivo - empresas e entidades do terceiro setor, por exemplo.

A proposta prevê ainda muitas restrições para que o cultivo atenda aos padrões regulatórios, desde a segurança do local do plantio, manipulação, armazenamento, transporte, distribuição até o descarte.

As duas propostas da **Anvisa** foram aprovadas em votação unânime pelos quatro diretores da área técnica da agência, após reunião colegiada. O passo seguinte foi a abertura de uma consulta pública sobre o tema, que acabou de chegar ao fim.

Ainda que a **Anvisa** tenha prerrogativa legal para decidir sozinha sobre o uso de substâncias sanitárias, a preocupação atual no ambiente de investimento são as diversas sinalizações por parte do Governo Federal quanto ao seu posicionamento contrário à liberação do plantio, ainda que para fins medicinais.

Faz parte das atribuições legais da **Anvisa** decidir sobre a fabricação e o controle de medicamentos. De

modo que a decisão da **Anvisa**, nesse caso, não precisa ser reiterada pelo governo nem pelo Congresso Nacional.

Resta, então, ao ecossistema empreendedor aguardar a próxima etapa do processo de regulamentação do uso medicinal da Cannabis no Brasil. As contribuições enviadas durante a consulta pública serão analisadas pelos diretores da **Anvisa**, que tomarão juntos uma decisão final sobre o tema.

Permaneceremos acompanhando os principais desenvolvimentos desse assunto junto às nossas autoridades sanitárias e voltaremos a comentar sobre os próximos passos.

Hannah Vitória Macedo Fernandes

Sócia da Daniel Advogados, responsável pelo Departamento de Contratos e Transações Comerciais.

Fabiana Mascarenhas

Sócia da Daniel Advogados, Departamento de Contratos e Transações Comerciais.

Siga o Monitor no [twitter.com/signaomonitor](https://twitter.com/signaomonitor)

## IBGE atualiza Mapa das Indicações Geográficas em parceria com o Inpi

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga em seu site, a partir desta segunda-feira, 19, a atualização do Mapa das **Indicações** Geográficas do Brasil, trabalho feito em parceria com o **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**Inpi**).

De acordo com nota do IBGE, a **Indicação** Geográfica é usada para identificar a origem de produtos ou serviços quando o local se torna conhecido ou quando determinada característica ou qualidade do produto ou serviço se deve à sua origem.

Na atualização, foram inclusos quatro produtos. Três receberam o selo de Indicação de Procedência - Jabuticaba de Sabará (MG), cacau de Tomé-Açu (PA) e café verde do oeste da Bahia (BA). Já a banana de Corupá (SC) recebeu o selo de **Denominação** de Ori-

gem.

Com essa inclusão, o mapa soma 62 **Indicações** Geográficas certificadas no Brasil até maio de 2019. Outros produtos consagrados em versões anteriores do Mapa das **Indicações** Geográficas do Brasil são os vinhos e espumantes do Vale dos Vinhedos (RS), o camarão da Costa Negra (CE) e o mel de Ortigueira (PR), que detêm o selo de **Denominação** de Origem (DO), entre outros.

Você pode ler o conteúdo das edições e matérias exclusivas no Globo Mais, o app com conteúdo para todos os momentos do seu dia. Baixe agora!

Gostou da nossa matéria? para assinar a nossa newsletter e receba mais conteúdos.

## Índice remissivo de assuntos

**Marco regulatório | INPI**  
3, 6, 10

**Pirataria**  
5

**Inovação**  
6

**Patentes**  
6

**Propriedade Industrial**  
6

**Marco regulatório | Anvisa**  
8

**Denominação de Origem**  
10